

# PL 6387/2019: PREVENÇÃO AO TABAGISMO E AO CÂNCER

---

---



O Projeto de Lei 6387/2019, oriundo do Projeto de Lei do Senado 769/2015, aprovado no plenário do Senado no fim de 2019, está atualmente tramitando na Câmara dos Deputados e estabelece:

- A proibição total da propaganda de produtos de tabaco;
- A proibição do uso de aditivos em produtos fumígenos;
- O aumento das advertências sanitárias;
- O ato de fumar em veículos com passageiro menor de dezoito anos como uma infração de trânsito.

**O tabaco é responsável por mais de 8 milhões de mortes por ano em todo o mundo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde<sup>1</sup>. No Brasil, estudo do Instituto Nacional de Câncer (Inca) de 2015 mostra que são 156 mil mortes por ano<sup>2</sup>.**

- O câncer é um dos principais problemas de saúde pública no mundo e já está entre as quatro causas de morte prematura (antes dos 70 anos de idade) mais frequentes na maioria dos países.
- O tabagismo e a exposição passiva ao tabaco são os principais fatores de risco para o desenvolvimento do câncer de pulmão. 85% dos casos diagnosticados de câncer de pulmão estão associados ao consumo de derivados de tabaco<sup>3</sup>.
- Para o Brasil, as estimativas do Inca para cada ano do triênio 2020-2022 indicam que haverá 17.760 novos casos de câncer de pulmão em homens e 12.440 em mulheres.
- O risco de ocorrência do câncer de pulmão e de morte pela doença aumenta de acordo com a intensidade da exposição ao tabagismo. A mortalidade por câncer de pulmão em fumantes é cerca de 15 vezes maior do que entre pessoas que nunca fumaram, enquanto entre ex-fumantes é cerca de quatro vezes maior.
- Além do câncer de pulmão, que é altamente

letal, o tabagismo também pode causar outros tipos de câncer, como leucemia mieloide aguda, câncer de bexiga, câncer de pâncreas, câncer de fígado, câncer do colo do útero, câncer de esôfago, câncer nos rins, câncer de laringe (cordas vocais), câncer na cavidade oral (boca), câncer de faringe (pescoço) e câncer de estômago<sup>4</sup>.

- O câncer é a principal causa de morte em 516 dos 5.570 municípios brasileiros, sendo que mais de 50% deles ficam na região Sul (275)<sup>5</sup>, onde também se concentram a produção de tabaco e as empresas do setor.

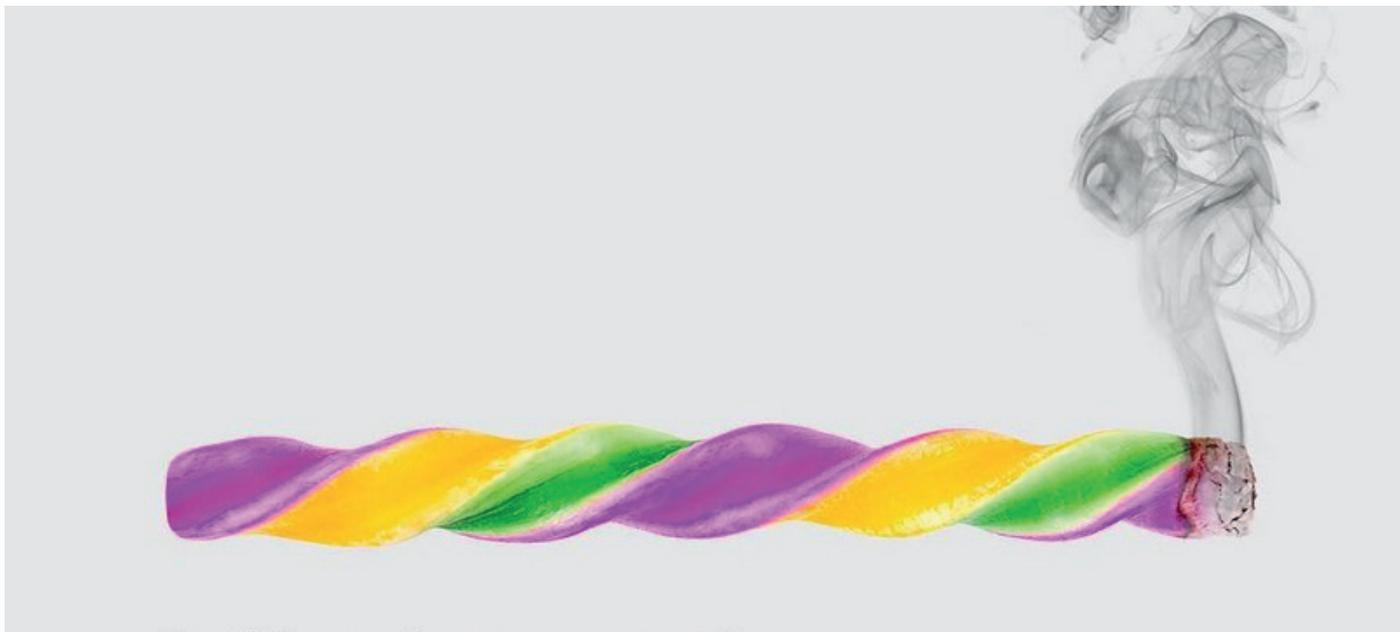
- O Rio Grande do Sul tem a maior taxa estimada de casos novos de câncer de pulmão no Brasil: 30,07 casos para cada 100 mil homens e 16,87 para cada 100 mil mulheres<sup>6</sup>.

- As capitais da região sul também concentram algumas das maiores taxas de prevalência de tabagismo: Porto Alegre ocupa o 1o lugar, com 14,4% de fumantes, Curitiba é o 3o, com 11,4%, e Florianópolis o 4o, com 11,2%<sup>7</sup>.



No Brasil, também de acordo com estudo do Inca, são gastos cerca de R\$ 57 bilhões por ano com despesas médicas e perda de produtividade relacionadas ao cigarro. A indústria do tabaco, no entanto, paga apenas R\$ 13 bilhões anuais em tributos, o que representa um prejuízo de R\$ 44 bilhões para o sistema de saúde brasileiro<sup>8</sup>.

## **SOBRE AS MEDIDAS PROPOSTAS PELO PL 6387/2019**



Para atrair consumidores, a indústria do tabaco tem feito uso de expositores em pontos de venda de forma ampla, chamativa e atingindo crianças e adolescentes, já que esses painéis normalmente ficam posicionados ao lado de balas, chocolates e outros produtos voltados a esse público. Por isso, a proibição completa de propaganda, incluindo os expositores, é necessária.

Em relação aos aditivos de sabores e aromas, seu uso aumenta a atratividade e palatabilidade de produtos fumígenos, induzindo mais pessoas ao tabagismo, especialmente jovens. Eles também podem potencializar a ação da nicotina, droga psicoativa que causa dependência, dificultando a cessação. Em suma, os aditivos facilitam a primeira tragada de um produto que comprovadamente causa malefícios à saúde e forte dependência.

Uma pesquisa feita pela UFRJ/Fiocruz com estudantes entre 13 e 15 anos revelou que quase 60% dos que já fumaram preferem cigarros com sabor e 60,8% dos que compram

cigarros com aditivos apontam o sabor como o ponto alto do cigarro<sup>9</sup>.

Em fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em julgamento histórico, confirmar a proibição dos aditivos nos produtos de tabaco, que havia sido determinada na RDC 14/2012 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Entretanto, a decisão do STF não teve efeito vinculante, o que permitiu que diversas empresas fabricantes de produtos de tabaco recorressem novamente à Justiça para obter a suspensão dos efeitos e a invalidação da resolução.

A fim de evitar insegurança jurídica diante de ações judiciais com o mesmo objetivo, a Anvisa apresentou ao TRF1 um Incidente de Assunção de Competência, para suspender as ações até que o tribunal decida e uniformize o entendimento sobre o tema. O pedido da Anvisa ainda não foi julgado e espera-se um alinhamento com a decisão do STF. O PL 6387/2019, por sua vez, prevê a proibição dos aditivos por via legislativa.



A proposta aprovada no Senado também inclui o aumento das advertências sanitárias nos maços de cigarros, o que amplia a informação ao público e reduz a atratividade das embalagens. Quanto ao fumo em carro com menores, trata-se de uma medida de proteção, uma vez que a fumaça do tabaco é tóxica e cancerígena e as crianças e jovens são os mais afetados.

O Brasil exporta cerca de 87% da produção de fumo e há 25 anos é o líder mundial em exportações de tabaco, portanto medidas de saúde pública adotadas no país não têm afetado significativamente o setor. Ademais, o cultivo de tabaco está associado a inúmeros problemas de saúde, como a doença da folha verde, e muitos agricultores desejam diversificar a produção. O país tem um programa para fomento à diversificação da fumicultura (PNDACT),

que deveria ser ampliado. Infelizmente, o programa corre o risco de ser extinto, e seria de fundamental importância receber apoio e recursos para sua manutenção.

Um argumento frequentemente usado por representantes das indústrias de tabaco contra medidas de controle do tabagismo é que elas poderiam causar um aumento no mercado ilícito e no contrabando, mas vale destacar que o Brasil ratificou em 2018 o Protocolo para Eliminação do Mercado Ilícito de Produtos de Tabaco, que é o instrumento mais adequado e eficaz para enfrentamento do problema, prevendo medidas como controle de fronteiras e cooperação internacional. Políticas de controle do tabagismo como as contidas no PL 6387/2019 protegem a saúde da população e não podem ser postergadas, especialmente quando já temos um instrumento como o Protocolo para nortear ações realmente efetivas de enfrentamento do contrabando.

Pelos motivos acima expostos, a ACT Promoção da Saúde apoia integralmente o PL 6387/2019, que está de acordo com as medidas previstas na Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT, ratificada pelo Brasil por meio do decreto 5.658/2006) e representa significativo avanço no controle do tabagismo no país, bem como na prevenção ao câncer e outras doenças relacionadas ao tabaco.

1 - [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5641:folha-informativa-tabaco&Itemid=1097](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5641:folha-informativa-tabaco&Itemid=1097)

2 - [http://actbr.org.br/uploads/arquivo/1173\\_Doc\\_Tec\\_Brasil\\_fi\\_al\\_plain\\_portugues\\_24-5-17.pdf](http://actbr.org.br/uploads/arquivo/1173_Doc_Tec_Brasil_fi_al_plain_portugues_24-5-17.pdf)

3 - <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/estimativa-2020-incidencia-de-cancer-no-brasil.pdf>

4 - [https://www.inca.gov.br/tabagismo#\\_edn2](https://www.inca.gov.br/tabagismo#_edn2)

5 - <https://observatoriodeoncologia.com.br/tag/cidades-brasileiras/>

6 - <https://www.inca.gov.br/estimativa/taxas-ajustadas/neoplasia-maligna-da-traqueia-dos-bronquios-e-dos-pulmoes>

7 - <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/julho/25/vigitel-brasil-2018.pdf>

8 - [http://actbr.org.br/uploads/arquivo/1173\\_Doc\\_Tec\\_Brasil\\_fi\\_al\\_plain\\_portugues\\_24-5-17.pdf](http://actbr.org.br/uploads/arquivo/1173_Doc_Tec_Brasil_fi_al_plain_portugues_24-5-17.pdf)

9 - [http://www.actbr.org.br/uploads/arquivo/812\\_pesquisa\\_aditivos.pdf](http://www.actbr.org.br/uploads/arquivo/812_pesquisa_aditivos.pdf)